

## Modelo de Governo

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição
<b>Mesa da Assembleia Geral</b>		
Presidente	José António Ferreira de Barros	25-jan-16
Vice-Presidente	Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Moraes	25-jan-16
Secretário	Carlos Maria Rocha Pinheiro Torres	25-jan-16
<b>Conselho de Administração</b>		
Presidente Executivo	Paulo de Azevedo Pereira da Silva	15-jan-18
Vogal Executivo	Ângelo Augusto Santos Oliveira	01-jan-18
Vogal Executivo	Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça	01-jan-18
Vogal Não Executivo	Paula Cristina David Vaz Ribeiro Ramos	01-jan-18
Vogal Não Executivo	Avelino José Pinto de Oliveira	01-jan-18
<b>Conselho Fiscal</b>		
Presidente	Pedro Romano Martinez	25-jan-16
Vogal Efetivo	Ana Alexandra Filipe Freitas	25-jan-16
Vogal Efetivo	Paulo Jorge Rodrigues Mateus	25-jan-16
Vogal Suplente	Dino Jorge Ramos Santos	25-jan-16
<b>Revisor Oficial de Contas</b>		
	Rosa, Correia e Associados, SROC, S.A.	19-mar-19
	Representada pelo sócio Gabriel Correia Alves, ROC nº 784	

Pela Deliberação Social Unânime por Escrito, de 29 de dezembro de 2017, de acordo com a vontade expressa pelo acionista Estado Português, tomada ao abrigo da primeira parte do nº 1 do artigo 54º do Código das Sociedades Comerciais, foi procedido à dissolução por mera conveniência, do **Conselho de Administração** da sociedade, cujos membros foram eleitos para exercer funções no mandato 2016-2018, nos termos do disposto no artigo 26º do Estatuto do Gestor Público, e da alínea b) do nº 2 do artigo 8º dos Estatutos da STCP, S.A.. A deliberação produziu efeitos a 31 de dezembro de 2017.

O Conselho de Administração foi eleito para o mandato 2018-2020, nos termos do artigo 13º, nº 6 do Estatuto do Gestor Público, pelas Deliberações Sociais Unânicas por Escrito, de 29 de dezembro de 2017 e de 12 de janeiro de 2018, de acordo com a vontade expressa pelo acionista Estado Português, ao abrigo da primeira parte do nº 1 do artigo 54º do Código das Sociedades Comerciais.

A Presidência do Conselho de Administração é assumida pelo Dr. Paulo de Azevedo, indicado pela Câmara Municipal do Porto. O administrador executivo Eng.º Ângelo Oliveira foi nomeado pelas outras autarquias da Área Metropolitana do Porto, e a administradora executiva Dra. Isabel Botelho Moniz, foi indicada pelo Governo. Compõem ainda o conselho de administração os administradores não executivos, Arquiteto Avelino Oliveira e Eng.ª Paula Ramos, nomeados pelas outras autarquias da Área Metropolitana do Porto.

Os membros dos órgãos sociais, **Mesa da Assembleia Geral e Conselho Fiscal**, eleitos para o mandato 2016-2018, foram designados através da Deliberação Social Unânime Por Escrito, de 25 de janeiro 2016, e mantiveram-se em funções.

O **Revisor Oficial de Contas** da Sociedade, a Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A., representada pelo sócio Fernando Manuel de Sousa Pires de Matos, que foi nomeado para o mandato 2016 – 2018, na Assembleia-Geral da STCP de 30 de maio de 2016, apresentou renúncia ao cargo a 30 de agosto de 2018.

Em 19 de março de 2019, de acordo com a vontade expressa pelo acionista único Estado Português, por Deliberação Social Unânime Por Escrito, foi eleita para Revisor Oficial de Contas da STCP, para o biênio 2019-2020, a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, SA, representada por Gabriel Correia Alves. Consta da referida deliberação que a Certificação Legal de Contas, individuais e consolidadas de 2018, fica a cargo da RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, SA.

#### Mandato 2016/2018

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
<b>Mesa da Assembleia Geral</b>			
Presidente	José António Ferreira de Barros	25-01-2016	3 anos
Vice-Presidente	Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Moraes	25-01-2016	3 anos
Secretário	Carlos Maria Rocha Pinheiro Torres	25-01-2016	3 anos
<b>Conselho de Administração</b>			
Presidente Não Executivo	Jorge Moreno Delgado	25-01-2016	3 anos
Vogal Executivo	Tiago Filipe da Costa Braga	25-01-2016	3 anos
Vogal Executivo	Pedro José Ferreira Moraes	25-01-2016	3 anos
Vogal Não Executivo	Helena Sofia da Silva Borges Salgado Fonseca Cerveira Pinto	24-02-2016	3 anos
<b>Conselho Fiscal</b>			
Presidente	Pedro Romano Martinez	25-01-2016	3 anos
Vogal Efetivo	Ana Alexandra Filipe Freitas	25-01-2016	3 anos
Vogal Efetivo	Paulo Jorge Rodrigues Mateus	25-01-2016	3 anos
Vogal Suplente	Dino Jorge Ramos Santos	25-01-2016	3 anos
<b>Revisor Oficial de Contas</b>			
	Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A.	30-05-2016	3 anos
	Representada pelo sócio Fernando Manuel de Sousa Pires de Matos, ROC nº 757		

O membro do Conselho de Administração, Eng.º Tiago Filipe da Costa Braga, renunciou ao cargo, com efeitos a 29 de dezembro de 2017, inclusive.

Os Órgãos Sociais, Mesa da Assembleia Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, do mandato 2016-2018, foram designados através das Deliberações Sociais Unâнимes Por Escrito, de 25 de janeiro e de 24 de fevereiro de 2016, tomadas ao abrigo da primeira parte do nº 1 do artigo 54º do Código das Sociedades Comerciais.

Na Assembleia-Geral da STCP, de 30 de maio de 2016, foi aprovada a proposta do Conselho Fiscal, de nomeação para Revisor Oficial de Contas da Sociedade a Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A., representada pelo sócio Fernando Manuel de Sousa Pires de Matos, para o mandato correspondente ao triénio 2016 – 2018.

## Mandato 2012/2014

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição
<b>Mesa da Assembleia Geral</b>		
Presidente	José António Ferreira de Barros	06-06-2014
Vice-Presidente	Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais	06-06-2014
Secretário	Carlos Maria Rocha Pinheiro Torres	06-06-2014
<b>Conselho de Administração</b>		
Presidente Não Executivo	João Velez Carvalho	10-08-2012
Vogal Executivo	André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	29-06-2012
Vogal Executivo	Alfredo César Vasconcellos Navio	29-06-2012
Vogal Não Executivo	António José Lopes	10-08-2012
<b>Conselho Fiscal</b>		
Presidente	Pedro Romano Martinez	06-06-2014
Vogal Efetivo	Ana Alexandra Filipe Freitas	06-06-2014
Vogal Efetivo	Paulo Jorge Rodrigues Mateus	06-06-2014
Vogal Suplente	Dino Jorge Ramos Santos	06-06-2014
<b>Revisor Oficial de Contas</b>		
	António Magalhães & Carlos Santos, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Representada por Carlos Alberto Freitas dos Santos, ROC nº 177	09-09-2009

Os membros dos órgãos sociais eleitos para o triénio 2012 – 2014 encontravam-se em regime de gestão, desde final de 2014.

## Estatuto remuneratório fixado

Para efeitos de fixação das remunerações dos órgãos sociais, à empresa STCP, S.A. foi atribuída a classificação C pela Resolução do Conselho de Ministros nº 36/2012, de 26 de março, alterada pelas Resoluções do Conselho de Ministros nºs 97/2012, de 21 de novembro, 45/2013, de 19 de julho, e 48/2013, de 29 de julho.

### Mandato 2016/2018

#### Conselho de Administração

A Deliberação Social Unânime Por Escrito de 29 de dezembro de 2017, fixou as remunerações dos membros do Conselho de Administração nos termos do Estatuto do Gestor Público (EGP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro, em:

Presidente: Valor mensal líquido: € 4.578,20, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de € 1.831,28, pago 12 vezes por ano.

Vogais executivos: Valor mensal líquido: € 3.662,56, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de € 1.465,02, pago 12 vezes por ano.

Vogais não executivos: Valor mensal líquido: € 915,64, pago 14 vezes por ano.

Os membros do Conselho de Administração auferem ainda as seguintes regalias ou benefícios remuneratórios:

Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da empresa, com exceção dos respeitantes a planos complementares de reforma, aposentação, sobrevivência ou invalidez, nos termos do artigo 34.º da EGP;

O valor mensal de combustível e portagens afeto às viaturas de serviço é de um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação fixadas, nos termos definidos no n.º 3 do artigo 33.º do EGP;

Abono para despesas com comunicações, onde se inclui o telefone móvel, o telefone domiciliário e a internet, cujo valor máximo global mensal não pode exceder € 80,00, nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 32.º da EGP;

A atribuição do subsídio de refeição nas condições previstas no artigo 20.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro;

Não é permitida:

A utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 32.º do EGP; e

O reembolso de quaisquer despesas que possam ser consideradas como despesas de representação pessoal nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público.

## Mandato 2016/2018

### 1. Mesa da Assembleia Geral

A Deliberação Social Unânime Por Escrito, de 25 de janeiro de 2016, fixou para os membros da Mesa da Assembleia Geral, os seguintes valores para as senhas de presença:

Presidente: valor ilíquido de 500,00 €

Vice-Presidente: valor ilíquido de 425,00 €

Secretário: valor ilíquido de 350,00 €

Foi determinado que aos valores ilíquidos fixados, sejam aplicadas as reduções e reversões remuneratórias legalmente aplicáveis. São aplicáveis ainda a todas estas remunerações outras disposições que vierem a ser legalmente determinadas.

### 2. Conselho de Administração

As Deliberações Sociais Unâнимes Por Escrito de 25 de janeiro e de 24 de fevereiro de 2016, fixaram as remunerações dos membros do Conselho de Administração nos termos do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro, em:

Presidente não Executivo: valor ilíquido de 1.144,55 €, pago 14 vezes por ano.

O Presidente não Executivo não auferirá qualquer remuneração em virtude de ser remunerado na sociedade Metro do Porto, S.A., enquanto Presidente executivo.

Vogal Executivo: valor ilíquido de 3.662,56 €, pago 14 vezes por ano, a que acresce um abono mensal de despesas de representação no valor de 1.465,02 €, pago 12 vezes por ano.

Vogal não Executivo: valor ilíquido de 915,64 €, pago 14 vezes por ano.

De acordo com o previsto no nº 3 do artigo 32º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei nº 71/2017, de 27 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro, e tomando por base o deliberado no ponto 8 da ata da Assembleia Geral nº 56, de 18 de junho de 2013, o valor máximo global mensal para despesas com comunicações onde se inclui o telefone móvel, o domiciliário e a internet, dos elementos do Conselho de Administração, não pode exceder 80,00 €.

Nos termos do disposto no número 3 do artigo 33º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei nº 71/2017, de 27 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro, o valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço é fixado em um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação.

Não é permitida:

- A utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 32º do Estatuto do Gestor Público; e
- O reembolso de quaisquer despesas que possam ser consideradas como despesas de representação pessoal nos termos do disposto no nº 2 do artigo 32º do Estatuto do Gestor Público.

Foi determinado que aos valores ilíquidos fixados, sejam aplicadas as reduções e reversões remuneratórias legalmente aplicáveis. São aplicáveis ainda a todas estas remunerações outras disposições que vierem a ser legalmente determinadas.

### 3. Conselho Fiscal

A Deliberação Social Unânime Por Escrito, de 25 de janeiro de 2016, fixou para os membros do Conselho Fiscal, o seguinte estatuto remuneratório:

Presidente: valor ilíquido de 1.281,90 €, pago 14 vezes por ano.

Vogais: valor ilíquido de 961,42 €, pago 14 vezes por ano.

Foi determinado que aos valores ilíquidos fixados, sejam aplicadas as reduções e reversões remuneratórias legalmente aplicáveis. São aplicáveis ainda a todas estas remunerações outras disposições que vierem a ser legalmente determinadas.

### 4. Revisor Oficial de Contas (ROC)

A Deliberação Social Unânime Por Escrito, de 30 de novembro de 2016, deliberou o seguinte:

1. A remuneração anual ilíquida do ROC será a constante de contrato de prestação de serviços a celebrar entre a STCP e o ROC, com o limite máximo equivalente a 22,5% da quantia correspondente a doze meses da remuneração global ilíquida atribuída, nos termos legais, ao Presidente do Conselho de Administração da empresa classificada como C.
2. Por aplicação ao artigo 101º do Decreto-Lei nº 18/2016, de 13 de abril, que promulgou os efeitos do Programa de Assistência Económica e Financeira, da aplicação dos valores constantes do ponto imediatamente anterior não pode resultar num aumento dos valores das remunerações auferidas pelo ROC, tendo por referência os montantes atribuídos à data da entrada em vigor das Resoluções de Conselhos de Ministros nºs 16/2012 e 18/2012.
3. Ao valor mensal determinado aplicam-se as reduções remuneratórias legalmente vigentes e eventuais outras disposições que venham a ser aprovadas.
4. Ao valor da prestação de serviços, pago doze meses por ano, acresce o IVA, à taxa legal em vigor.
5. Deverão ser reembolsadas pela entidade, ao ROC, as despesas de transporte e alojamento, bem como quaisquer outras realizadas no exercício das suas funções.

O Conselho de Administração aprovou na sua reunião de 5 de dezembro, ata nº 40/16, o valor mensal a pagar, em doze meses por ano, à Sociedade Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A. para a elaboração da certificação legal das contas individuais, de € 1.442,13 (mil quatrocentos e quarenta e dois euros e treze cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. O valor aprovado está sujeito ao consagrado na Deliberação Social Unânime Por Escrito, de 30 de novembro de 2016

### Mandato 2012/2014

#### 1. Mesa da Assembleia Geral

Por Deliberação Social Unânime Por Escrito, de 6 de junho de 2014, foram fixadas as remunerações dos membros da Mesa da Assembleia Geral em:

Presidente: senha de presença no valor de 500,00 €

Vice-Presidente: senha de presença no valor de 425,00 €

Secretário: senha de presença no valor de 350,00 €

A estes valores será aplicada a redução remuneratória prevista no artigo 33º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro. Determina-se que, nos termos do disposto no nº 21 da RCM nº 16/2012, de 14 de fevereiro, e no nº 3 da RCM nº 36/2012, de 26 de março, durante a vigência do PAEF, as remunerações a auferir efetivamente pelos membros eleitos não podem exceder os montantes

atribuídos à data de 1 de março de 2012, data da entrada em vigor da RCM nº 16/2012, de 14 de fevereiro. Aplica-se a todas estas remunerações outras disposições que vierem a ser legalmente determinadas.

## 2. Conselho de Administração

Por Deliberação Social Unânime Por Escrito, de 29 de junho de 2012, foram fixadas as remunerações dos membros do Conselho de Administração nos termos do Estatuto de Gestor Público, na redação dada pelo DL nº 8/2012, de 18 de janeiro, da RCM nº 16/2012, de 14 de fevereiro, e da RCM nº 36, de 26 de março, em:

Vogais Executivos - valor ilíquido: 3.662,56 €, acrescido de 40% a título de despesas de representação, no montante de 1.465,02 €.

A estes valores ilíquidos serão aplicadas as reduções de 5% e 10%, respetivamente, nos termos do artigo 12º da Lei nº 12-A/2010 e do artigo 19º, nº1, alínea c) e nº 9, alínea c) da Lei nº 55-A/2010, pelo que os valores serão:

Vogais Executivos - valor líquido: 3.131,49 €, acrescido de 40% a título de despesas de representação, no montante de 1.252,60 €.

A estas remunerações serão aplicadas outras reduções que vierem legalmente a ser determinadas. Em cumprimento do preceituado no nº 1 do artigo 21º e no artigo 29º da Lei do OE/2012, durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira - PAEF, não há lugar à atribuição de subsídios de férias e de natal, nem de remunerações variáveis de desempenho.

Por Deliberação Social Unânime Por Escrito, de 10 de agosto de 2012, foi fixada as remunerações dos membros do Conselho de Administração nos termos do Estatuto de Gestor Público, na redação dada pelo DL nº 8/2012, de 18 de janeiro, da RCM nº 16/2012, de 14 de fevereiro, e da RCM nº 36, de 26 de março, em:

Presidente não executivo - valor ilíquido: de 1.144,55 €.

Vogal Não executivo - valor ilíquido: de 915,64 €.

Porém, os membros agora eleitos não auferem qualquer remuneração em virtude de serem remunerados na Metro do Porto, S.A., enquanto administradores executivos.

Determina que aos valores ilíquidos sejam aplicadas as reduções de 5% e 10%, respetivamente, nos termos do artigo 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho, e do artigo 19º, nº1, alínea c) e nº 9, alínea q) da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro e da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, ou outras reduções que venham legalmente a ser estabelecidas.

Em cumprimento do preceituado no nº 1 do artigo 21º e no artigo 29º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, durante a vigência do PAEF, não há lugar à atribuição de subsídios de férias e de natal, nem de remunerações variáveis de desempenho.

Na Assembleia-Geral da STCP, realizada a 18 de junho de 2013, sobre política de remunerações dos Órgãos Sociais da STCP, foi deliberado o seguinte:

- Ponto quinto - "(...) Em cumprimento do preceituado no artigo 37º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro, declara-se que, durante a vigência do PAEF, não haverá lugar a atribuição de prémios de gestão. O pagamento do subsídio de férias será efetuado nos moldes que vierem a ser definidos no orçamento rectificativo e o subsídio de natal é pago mensalmente, por duodécimos. As remunerações a auferir efetivamente pelos membros do Conselho de

Administração não podem exceder os montantes atribuídos à data de 01-03-2012, data de entrada em vigor da RCM nº 16/2012.”

- Ponto oitavo - “(...) Os membros executivos do Conselho de Administração auferem as seguintes regalias ou benefícios remuneratórios:

- Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da empresa;
- O valor mensal de combustível e portagens afeto às viaturas de serviço é de um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação fixadas, nos termos definidos no nº 3 do artigo 33º da EGP;
- Abono para despesas com comunicações, onde se inclui o telefone móvel, o telefone domiciliário e a internet, cujo valor máximo global mensal não pode exceder € 80,00, nos termos do disposto nos nºs 3 e 4 do artigo 32º da EGP.

*Não é permitida:*

- A atribuição de subsídio de refeição de valor superior ao fixado na Portaria nº 1553-D/2008, de 31 de dezembro, alterada pela Portaria nº 1458/2009, de 31 de dezembro, conforme o previsto no nº 1 do artigo 39º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro;
- A utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 32º da EGP;
- O reembolso de quaisquer despesas que possam ser consideradas como despesas de representação pessoal nos termos do disposto no nº 2 do artigo 32º da EGP.”

Foi ainda deliberado na Assembleia-Geral da STCP, realizada a 27 de maio de 2014, ponto sexto da ordem dos trabalhos, em cumprimento do disposto no artigo 2º da Lei nº 28/2009, de 19 de junho, o seguinte:

“(...) As remunerações dos membros dos órgãos sociais das empresas públicas devem ser fixadas em função da complexidade, exigência e responsabilidade inerentes às respetivas funções e atendendo às práticas normais no respetivo setor de atividade, tendo em conta igualmente os princípios e orientações estabelecidos pelo acionista e a situação do mercado. Face à atual situação económica e financeira nacional, torna-se necessária a definição de uma política de remuneração dos gestores públicos consistente com a eficiente gestão dos riscos, de modo coerente com a natureza da atividade e estratégia de negócio da empresa, promovendo o seu crescimento sustentado. Assim, assume particular relevo a necessidade de adotar um regime remuneratório que traduza uma efetiva moderação salarial, ajustada às especificidades da empresa, devendo, igualmente, ser assegurada a total transparência no que se refere à definição das políticas remuneratórias e à sua aplicação efetiva. (...) No contexto da vigência do PAEF a Portugal, foram, pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro, objeto da Declaração de Retificação nº 2/2012, de 25 de janeiro, introduzidas alterações ao Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de março, que aprovou o Estatuto do Gestor Público, bem como foi aprovada a RCM nº 16/2012, publicada no D.R. 1ª série, de 14 de fevereiro, a qual procede à definição de categorias e critérios objetivos para a fixação do vencimento mensal dos gestores públicos, tendo por referência o limite do vencimento mensal do Primeiro-Ministro, que atribui a classificação C à STCP, S.A.. Assim, a remuneração dos gestores da STCP, S.A. será apurada de acordo com a metodologia definida na RCM nº 16/2012, publicada no D.R. 1ª série, de 14 de fevereiro, sem prejuízo da aplicação das reduções remuneratórias previstas no artigo 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho, e no nº 1 e alínea o) do nº 9 ambos do artigo 33º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro (LOE 2014), bem como de outras reduções remuneratórias que venham a ser

legalmente definidas. Não há lugar à atribuição de prémios de gestão aos membros do Conselho de Administração, conforme disposto no artigo 41º da LOE 2014, e o subsídio de Natal é pago mensalmente, por duodécimos, nos termos do artigo 35º da LOE 2014 (...)"

A partir do mês de junho de 2014, no seguimento do Acórdão do Tribunal Constitucional nº 413/2014 que declarou, entre outros, a inconstitucionalidade com força obrigatória do artigo 33º da Lei 83-C/2013 de 31 de dezembro, foi procedido ao pagamento dos salários, duodécimos do subsídio de natal e subsídio de férias sem redução remuneratória.

No mês de setembro de 2014 foi aplicado o regime previsto na Lei nº 75/2014, de 12 de setembro, com efeitos a partir daquela data.

### 3. Conselho Fiscal

Por Deliberação Social Unânime Por Escrito, de 6 de junho de 2014, foram fixadas as remunerações dos membros do Conselho Fiscal em:

Presidente: valor mensal líquido de 1.281,90 €, pago 14 vezes por ano;

Vogais: valor mensal líquido de 961.42 €, pago 14 vezes por ano;

A estes valores será aplicada a redução remuneratória prevista no artigo 33º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro e o pagamento do subsídio de natal será efetuado por duodécimos, nos termos do artigo 35º da mesma Lei, sem prejuízo de aplicação de eventuais disposições legais que vierem a ser determinadas.

Determina-se que, nos termos do disposto no nº 21 da RCM nº 16/2012, de 14 de fevereiro, e no nº 3 da RCM nº 36/2012, de 26 de março, durante a vigência do PAEF, as remunerações a auferir efetivamente pelos membros eleitos não podem exceder os montantes atribuídos à data de 1 de março de 2012, data da entrada em vigor da RCM nº 16/2012, de 14 de fevereiro. Aplica-se a todas estas remunerações outras disposições que vierem a ser legalmente determinadas.

A partir do mês de junho de 2014, no seguimento do Acórdão do Tribunal Constitucional nº 413/2014 que declarou, entre outros, a inconstitucionalidade com força obrigatória do artigo 33º da Lei nº 83-C/2013 de 31 de dezembro, foi procedido ao pagamento dos salários, duodécimos do subsídio de natal e subsídio de férias sem redução remuneratória. No mês de setembro de 2014 foi aplicado o regime previsto na Lei nº 75/2014, de 12 de setembro, com efeitos a partir daquela data.

À remuneração atribuída ao Conselho Fiscal, estabelecida de acordo com os critérios fixados pelo Despacho 764/SETF/2012, de 4 de maio, é aplicada a redução remuneratória vigente, bem como outras que venham a ser legalmente determinadas.

### Revisor Oficial de Contas

Por Deliberação Social Unânime Por Escrito tomada pelo acionista Estado, em 9 de setembro de 2009, sob proposta do Conselho Fiscal, foi eleito como Revisor Oficial de Contas da STCP, S.A. para o triénio 2009/2011, a Sociedade António Magalhães & Carlos Santos, S.R.O.C., representada pelo Dr. Carlos Alberto Freitas dos Santos, ainda em funções.

A remuneração do Revisor Oficial de Contas (ROC) ficou fixada em quinze mil e seiscentos euros de honorários, a pagar em duodécimos mensais de mil e trezentos euros, tendo-se procedido à formalização do respetivo contrato.

A remuneração do ROC está sujeita às reduções e reversões estabelecidas pela legislação aplicável.

## Remunerações e outras regalias

### 1. Mesa da Assembleia Geral

#### Remunerações 2017

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido(€)
2016 -2018	Presidente	José António Ferreira de Barros	500	1.000
2016 -2018	Vice-Presidente	Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais	425	850
2016 -2018	Secretário	Carlos Maria Pinheiro Torres (*)	350	334
			1.275	2.184

(\*) O valor da senha fixado não coincide com o valor bruto, de acordo com o nº 21 da RCM nº 16/2012 .

#### Remunerações 2016

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2016 (€)			
				Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
2016 -2018	Presidente	José António Ferreira de Barros	500	500	40	20	480
2016 -2018	Vice-Presidente	Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais	425	425	34	17	408
2016 -2018	Secretário	Carlos Maria Pinheiro Torres (*)	350	334	27	13	321
			1.275	1.259	101	50	1.209

(\*) O valor da senha fixado não coincide com o valor bruto, pois por Despacho nº 1212/15-SET, de 4 de agosto de 2015, as remunerações não podem exceder os montantes atribuídos à data de 1 de março de 2012, de acordo com o nº 21 da RCM nº 16/2012 , o nº 3 da RCM nº 36/2012 e o nº1 do artº 101 do DL 18/2016.

#### Remunerações 2015

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Bruto (1)	Remuneração Anual 2015 (€)		
					Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)- (2)+(3)
2012-2014	Presidente	José António Ferreira de Barros	500	500	0	0	500
2012-2014	Vice-Presidente	Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais	425	425	0	0	425
2012-2014	Secretário	Carlos Maria Pinheiro Torres (*)	350	334	0	0	334

(\*) O valor da senha fixado não coincide com o valor bruto, pois por Despacho nº 1212/15-SET, de 4 de agosto de 2015, as remunerações não podem exceder os montantes atribuídos à data de 1 de março de 2012, de acordo com o nº 21 da RCM nº 16/2012 e o nº 3 da RCM nº 36/2012.

## 2. Conselho de Administração

### Remunerações 2017

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Forma (1)	Data
2016-2018	Presidente Não Executivo	Jorge Moreno Delgado	Deliberação Social Unânime por Escrito	25-jan-16
2016-2018	Vogal Executivo	Tiago Filipe da Costa Braga	Deliberação Social Unânime por Escrito	25-jan-16
2016-2018	Vogal Executivo	Pedro José Ferreira Morais	Deliberação Social Unânime por Escrito	25-jan-16
2016-2018	Vogal Não Executivo	Helena Sofia da Silva Borges Salgado Fonseca Cerveira Pinto	Deliberação Social Unânime por Escrito	24-fev-16

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
Jorge Moreno Delgado	Metro do Porto, S.A	Presidente Executivo do Conselho de Administração	Privado
	Metro do Porto, S.A	Presidente da Comissão Executiva	Privado
	TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE	Presidente do Conselho de Administração	Privado
Tiago Filipe da Costa Braga	Metro do Porto, S.A	Administrador não Executivo do Conselho de Administração	Privado
	OPT - Optimização e Planeamento de Transportes, S.A.	Vogal Conselho de Administração	Privado
	TRANSPUBLICIDADE - Publicidade em Transportes, S.A.	Vogal Conselho de Administração	Privado
Pedro José Ferreira Morais	TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE	Vogal Conselho de Administração	Privado
	STCP SERVIÇOS - Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda.	Gerente	Privado
Helena Sofia da Silva Borges Salgado Fonseca Cerveira Pinto	GIMPA Business School (Ghana Institute of Management and Public Administration)	Membro do Conselho Consultivo	Privado
	Universidade Católica Portuguesa	Diretora da Católica Porto Business School	Privado

Membro do CA	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento mensal	Despesas Representação
Jorge Moreno Delgado [1]	Sim	C	1.145	0
Tiago Filipe da Costa Braga	Sim	C	3.663	1.465
Pedro José Ferreira Morais	Sim	C	3.663	1.465
Helena Sofia da Silva Borges Salgado Fonseca Cerveira Pinto	Sim	C	916	0

[1] Não auferiu qualquer remuneração em virtude de ser remunerado na Metro do Porto, S.A., enquanto Presidente Executivo.

Membro do CA	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3) = (1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)
Tiago Filipe da Costa Braga	68.856	0	68.856	3.443	65.413
Pedro José Ferreira Morais	68.856	0	68.856	3.443	65.413
Helena Sofia da Silva Borges Salgado Fonseca Cerveira Pinto	12.819	0	12.819	641	12.178
			150.531	7.527	143.005

(1) O valor da remuneração fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções).

(4) Redução prevista no artigo 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho.

No ano de 2017 os vogais do Conselho de Administração Tiago Filipe da Costa Braga, Pedro José Ferreira Morais e Helena Sofia da Silva Borges Salgado Fonseca Cerveira Pinto receberam adicionalmente os montantes de € 9.331, € 49.503 e € 12.178 respetivamente, por cessação antecipada de contrato, ao abrigo do artigo 26º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de março, na sua atual redação e da alínea b) do nº 2 do artigo 8º dos Estatutos da STCP.

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)						
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Encargo Anual Seguro de Acidentes Pessoais
	Valor /Dia (1)	montante pago ano	Identificar	Encargo Anual			Subsídio Infantil
Jorge Moreno Delgado	0	0		0	0	0	284
Tiago Filipe da Costa Braga	4,52/4,77	1.161	Segurança social	18.672	0	0	284
Pedro José Ferreira Morais	4,52/4,77	1.130	Segurança social	28.257	0	0	284
Helena Sofia da Silva Borges Salgado Fonseca Cerveira Pinto	0	0	Segurança social	5.785	0	0	284
		2.291		52.714	0	0	1.135

(1) Valor dia 4,52 euros até julho, inclusive. De agosto a dezembro, de acordo com o OE17, foi alterado para 4,77 euros dia.

Membro do CA	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura (€)	Modalidade	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal (€)	Gasto Anual com Rendas (€)	Prestações Contratuais Remanescentes (Nº)
Tiago Filipe da Costa Braga	Sim	Sim	34.716	ALD	2016	2020	537	6.441	32
Pedro José Ferreira Morais	Sim	Sim	32.683	ALD	2016	2018	777	9.013	3
Helena Sofia da Silva Borges Salgado Fonseca Cerveira Pinto	Não	Não	-	-	-	-	-	-	-

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
Jorge Moreno Delgado	174	95	0		0	269
Tiago Filipe da Costa Braga	460	222	261		0	943
Pedro José Ferreira Morais	1.442	1.135	830		0	3.407
Helena Sofia da Silva Borges Salgado Fonseca Cerveira Pinto	0	0	0		0	0
						4.619

No ano foi dado cumprimento ao disposto nos artigos 32º e 33º do EGP, no que se refere:

- À não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa;
- Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal;
- Ao valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet, conforme se apresenta na tabelas seguinte.

Membro do CA	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Tiago Filipe da Costa Braga	80	348	
Pedro José Ferreira Morais	80	324	
		672	

- Ao valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço, conforme quadro seguinte.

Membro do CA	Plafond mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			
		Combustível	Portagens	Total	Observações
Tiago Filipe da Costa Braga	366	2.251	676	2.927	
Pedro José Ferreira Morais	366	2.138	612	2.750	
				5.677	

## Remunerações 2016

### Mandato 2012-2014

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação Forma	Data
2012-2014	Presidente Não Executivo	João Velez Carvalho	Deliberação Social Unânime por Escrito	10-ago-12
2012-2014	Vogal Executivo	André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	Deliberação Social Unânime por Escrito	29-jun-12
2012-2014	Vogal Executivo	Alfredo César Vasconcellos Navio	Deliberação Social Unânime por Escrito	29-jun-12
2012-2014	Vogal Não Executivo	António José Lopes	Deliberação Social Unânime por Escrito	10-ago-12

### Mandato 2016-2018

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação Forma	Data
2016-2018	Presidente Não Executivo	Jorge Moreno Delgado	Deliberação Social Unânime por Escrito	25-jan-16
2016-2018	Vogal Executivo	Tiago Filipe da Costa Braga	Deliberação Social Unânime por Escrito	25-jan-16
2016-2018	Vogal Executivo	Pedro José Ferreira Moraes	Deliberação Social Unânime por Escrito	25-jan-16
2016-2018	Vogal Não Executivo	Helena Sofia da Silva Borges Salgado Fonseca Cerveira Pinto	Deliberação Social Unânime por Escrito	24-fev-16

### Mandato 2012-2014

Membro do CA	Entidade	Acumulação de Funções Função	Regime
João Velez Carvalho	Metro do Porto, S.A.	Presidente do Conselho de Administração	Privado
	Metro do Porto, S.A.	Presidente da Comissão Executiva	Privado
	TIP - Transportes Intermodais do Porto, A.C.E.	Vogal do Conselho de Administração como representante da Metro do Porto, S.A.	Privado
André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	TIP - Transportes Intermodais do Porto, A.C.E.	Vogal do Conselho de Administração	Privado
	STCP SERVIÇOS - Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda.	Gerente	Privado
Alfredo César Vasconcellos Navio	OPT - Optimização e Planeamento de Transportes, S.A.	Vogal do Conselho de Administração	Privado
	TRANSPUBLICIDADE - Publicidade em Transportes, S.A.	Vogal do Conselho de Administração	Privado
António José Lopes	Metro do Porto, S.A.	Vogal do Conselho de Administração	Privado
	Metro do Porto, S.A.	Vogal da Comissão Executiva	Privado
	TRANSPUBLICIDADE - Publicidade em Transportes, S.A.	Presidente do Conselho de Administração como representante da Metro do Porto, S.A.	Privado
	Metro do Porto, Consultoria - Consultoria em Transportes Urbanos e Participações, Unipessoal, Lda.	Gerente	Privado
	TIP - Transportes Intermodais do Porto, A.C.E.	Vogal do Conselho de Administração eleito pela Assembleia-Geral	Privado
	Nortrem - Aluguer de Material Ferroviário, A.C.E.	Vogal do Conselho de Administração	Privado

### Mandato 2016-2018

Membro do CA	Entidade	Acumulação de Funções Função	Regime
Jorge Moreno Delgado	Metro do Porto, S.A.	Presidente Executivo do Conselho de Administração	Privado
	Metro do Porto, S.A.	Presidente da Comissão Executiva	Privado
	TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE	Presidente do Conselho de Administração	Privado
Tiago Filipe da Costa Braga	Metro do Porto, S.A.	Administrador não Executivo do Conselho de Administração	Privado
	OPT - Optimização e Planeamento de Transportes, S.A.	Vogal Conselho de Administração	Privado
	TRANSPUBLICIDADE - Publicidade em Transportes, S.A.	Vogal Conselho de Administração	Privado
Pedro José Ferreira Moraes	TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE	Vogal Conselho de Administração	Privado
	STCP SERVIÇOS - Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda.	Gerente	Privado
Helena Sofia da Silva Borges Salgado Fonseca Cerveira Pinto	GIMPA Business School (Ghana Institute of Management and Public Administration)	Membro do Conselho Consultivo	Privado
	Universidade Católica Portuguesa	Diretora da Católica Porto Business School	Privado

### Mandato 2012-2014

Membro do CA	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruto (€)	
			Vencimento mensal	Despesas Representação
João Velez Carvalho [1]	Sim	C	1.145	0
André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	Sim	C	3.663	1.465
Alfredo César Vasconcellos Navio	Sim	C	3.663	1.465
António José Lopes [1]	Sim	C	916	0

[1] Não auferem qualquer remuneração em virtude de serem remunerados na Metro do Porto, S.A., enquanto Administradores Executivos

### Mandato 2016-2018

Membro do CA	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruto (€)	
			Vencimento mensal	Despesas Representação
Jorge Moreno Delgado [1]	Sim	C	1.145	0
Tiago Filipe da Costa Braga	Sim	C	3.663	1.465
Pedro José Ferreira Moraes	Sim	C	3.663	1.465
Helena Sofia da Silva Borges Salgado Fonseca Cerveira Pinto	Sim	C	916	0

[1] Não auferem qualquer remuneração em virtude de ser remunerado na Metro do Porto, S.A., enquanto Presidente Executivo.

#### Mandato 2012-2014

Membro do CA	Remuneração Anual - 2016 (€)					
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)= (1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Reversões remuneratórias (5)	Valor Bruto Final (6) =(3)-(4)+(5)
André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	15.080	0	15.080	1.900	644	13.823
Alfredo César Vasconcellos Navio	14.415	0	14.415	1.816	600	13.199
			29.495	3.716	1.244	27.022

(1) O valor da remuneração fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções/reversões remuneratórias).

(4) e (5) - reduções e reversões remuneratórias previstas no artigo 12º da Lei 12-A/2010, de 30 de junho, na Lei nº 75/2014, de 12 de setembro e na Lei nº 159-A/2015, de 30 de dezembro.

#### Mandato 2016-2018

Membro do CA	Remuneração Anual - 2016 (€)					
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)= (1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Reversões remuneratórias (5)	Valor Bruto Final (6) =(3)-(4)+(5)
Tiago Filipe da Costa Braga	64.592	0	64.592	8.139	3.303	59.756
Pedro José Ferreira Morais	64.592	0	64.592	8.139	3.303	59.756
Helena Sofia da Silva Borges Salgado Fonseca Cerveira Pinto	11.042	0	11.042	561	0	10.481
			140.226	16.838	6.606	129.993

(1) O valor da remuneração fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções/reversões remuneratórias).

(4) e (5) - reduções e reversões remuneratórias previstas no artigo 12º da Lei 12-A/2010, de 30 de junho, na Lei nº 75/2014, de 12 de setembro e na Lei nº 159-A/2015, de 30 de dezembro.

#### Mandato 2012-2014

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)						
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Encargo Anual Seguro de Acidentes Pessoais
	Valor /Dia	montante pago ano	Identificar	Encargo Anual			
André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	4,27	149	Segurança social	3.374	0	0	43
Alfredo César Vasconcellos Navio	4,27	73	CGA	3.164	0	0	43
		222		6.538	0	0	86

#### Mandato 2016-2018

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)						
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Encargo Anual Seguro de Acidentes Pessoais
	Valor /Dia	montante pago ano	Identificar	Encargo Anual			
Tiago Filipe da Costa Braga	4,27	867	Segurança social	15.327	0	0	351
Pedro José Ferreira Morais	4,27	854	Segurança social	14.994	0	0	351
Helena Sofia da Silva Borges Salgado Fonseca Cerveira Pinto	0,00	0	Segurança social	2.489	0	0	0
		1.721		32.810	0	0	702

#### Mandato 2012-2014

Membro do CA	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura (€)	Modalidade	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal (€)	Gasto Anual com Rendas (€)	Prestações Contratuais Remanescentes (Nº)
André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	Sim	Sim	38.513	ALD	2009	2016	800	800	0
Alfredo César Vasconcellos Navio	Sim	Sim	44.332	ALD	2010	2016	875	875	0

#### Mandato 2016-2018

Membro do CA	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura (€)	Modalidade	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal (€)	Gasto Anual com Rendas (€)	Prestações Contratuais Remanescentes (Nº)
Tiago Filipe da Costa Braga	Sim	Sim	34.716	ALD	2016	2020	537	8.693	44
Pedro José Ferreira Morais	Sim	Sim	32.683	ALD	2016	2017	789	8.680	9
Helena Sofia da Silva Borges Salgado Fonseca Cerveira Pinto	Não	Não	-	-	-	-	-	-	-

Mandato 2012-2014

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					Gasto total com viagens (Σ)
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras Identificar	Valor	
André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	0	0	0		0	0
Alfredo César Vasconcellos Navio	0	0	0		0	0
						0

Mandato 2016-2018

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					Gasto total com viagens (Σ)
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras Identificar	Valor	
Tiago Filipe da Costa Braga	471	0	21		0	492
Pedro José Ferreira Morais	57	98	134		0	289
Helena Sofia da Silva Borges Salgado Fonseca Cerveira Pinto	0	0	0		0	0
						781

Em 2016 foi dado cumprimento ao disposto nos artigos 32º e 33º do EGP, no que se refere:

- À não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa;
- Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal;
- Ao valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet, conforme se apresenta nas tabelas seguintes.

Mandato 2012-2014

Membro do CA	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	80	23	
Alfredo César Vasconcellos Navio	80	70	
		93	

Mandato 2016-2018

Membro do CA	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Tiago Filipe da Costa Braga	80	211	
Pedro José Ferreira Morais	80	192	
		403	

- Ao valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço, conforme quadro seguinte.

Mandato 2012-2014

Membro do CA	Plafond mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			
		Combustível	Portagens	Total	Observações
André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	366	110	0	110	
Alfredo César Vasconcellos Navio	366	185	13	198	
				308	

Mandato 2016-2018

Membro do CA	Plafond mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			
		Combustível	Portagens	Total	Observações
Tiago Filipe da Costa Braga	366	2.019	627	2.647	
Pedro José Ferreira Morais	366	1.897	421	2.318	
				4.965	

## Remunerações 2015

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação Forma	Data
2012-2014	Presidente Não Executivo	João Velez Carvalho	Deliberação Social Unânime por Escrito	10-ago-12
2012-2014	Vogal Executivo	André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	Deliberação Social Unânime por Escrito	29-jun-12
2012-2014	Vogal Executivo	Alfredo César Vasconcellos Navio	Deliberação Social Unânime por Escrito	29-jun-12
2012-2014	Vogal Não Executivo	António José Lopes	Deliberação Social Unânime por Escrito	10-ago-12

Membro do CA	Entidade	Função	Regime
André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE	Vogal Conselho de Administração	Privado
	STCP SERVIÇOS - Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda.	Gerente	Privado
Alfredo César Vasconcellos Navio	OPT - Optimização e Planeamento de Transportes, S.A.	Vogal Conselho de Administração	Privado
	TRANSPUBLICIDADE - Publicidade em Transportes, S.A.	Vogal Conselho de Administração	Privado

Membro do CA	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruto (€) Vencimento mensal	Despesas Representação
João Velez Carvalho [1]	Sim	C	1.145	0
André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	Sim	C	3.663	1.465
Alfredo César Vasconcellos Navio	Sim	C	3.663	1.465
António José Lopes [1]	Sim	C	916	0

[1] Não auferem qualquer remuneração em virtude de serem remunerados na Metro do Porto, S.A., enquanto Administradores Executivos

Membro do CA	Remuneração Anual (€)					
	Variável	Fixa *	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão remuneratória (3)	Valor Final (4) =(1)-(2)+(3)
André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	0	68.856	68.856	10.328	1.719	60.246
Alfredo César Vasconcellos Navio	0	67.882	67.882	10.182	1.738	59.437

\* Inclui remuneração + despesas de representação

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)					
	Subsídio de Refeição Valor /Dia	montante pago ano	Regime de Proteção Social Identificar	Seguro de Saúde Valor	Seguro de Vida	Seguro de Acidentes Pessoais
André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	4,27	1.003	Segurança social	15.395	0	0
Alfredo César Vasconcellos Navio	4,27	974	CGA	15.280	0	0

Membro do CA	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	80	223	
Alfredo César Vasconcellos Navio	80	698	Foi debitado o valor excedido do plafond mensal atribuído

Membro do CA	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura (€)	Modalidade	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal (€)	Gasto Anual com Rendas (€)	Prestações Contratuais Remanescentes (Nº)
André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	Sim	Sim	38.513	ALD	2009	2016	800	9.600	6
Alfredo César Vasconcellos Navio	Sim	Sim	44.332	ALD	2010	2016	875	10.503	6

Membro do CA	Plafond mensal Combustível e Portagens (€)	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Outras Reparções Seguro (*)	
André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	366	1.255	82	907	
Alfredo César Vasconcellos Navio	366	2.815	670	140	Foi debitado o valor excedido do plafond mensal atribuído

(\*) Incluído no valor da renda ALD

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					Gasto total com viagens (Σ)
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras Identificar	Valor	
André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	0	0	0		0	0
Alfredo César Vasconcellos Navio	0	0	0		0	0

Foi dado cumprimento ao disposto no artigo 32º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente:

- À não utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa;
- Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

### 3. Conselho Fiscal

#### Remunerações 2017

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal (€)	Nº de Mandatos
			Forma	Data		
2016-2018	Presidente	Pedro Romano Martinez	Deliberação Social Unânime por Escrito	25-jan-16	1.282	4
2016-2018	Vogal Executivo	Ana Alexandra Filipe Freitas	Deliberação Social Unânime por Escrito	25-jan-16	961	4
2016-2018	Vogal Executivo	Paulo Jorge Rodrigues Mateus	Deliberação Social Unânime por Escrito	25-jan-16	961	2
2016-2018	Vogal Suplente	Dino Jorge Ramos Santos	Deliberação Social Unânime por Escrito	25-jan-16	0	4

Nome	Remuneração Anual (€)		
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Final (3) =(1)-(2)
Pedro Romano Martinez	17.989	897	17.092
Ana Alexandra Filipe Freitas	13.457	673	12.784
Paulo Jorge Rodrigues Mateus	13.455	673	12.782
			42.658

#### Remunerações 2016

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado (mensal) (€)	Nº de Mandatos
			Forma	Data		
2012-2014	Presidente	Pedro Romano Martinez	Deliberação Social Unânime por Escrito	06-jun-14	1.282	3
2012-2014	Vogal Executivo	Ana Alexandra Filipe Freitas	Deliberação Social Unânime por Escrito	06-jun-14	961	3
2012-2014	Vogal Executivo	Paulo Jorge Rodrigues Mateus	Deliberação Social Unânime por Escrito	06-jun-14	961	1
2016-2018	Vogal Suplente	Dino Jorge Ramos Santos	Deliberação Social Unânime por Escrito	06-jun-14	0	3

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado (mensal) (€)	Nº de Mandatos
			Forma	Data		
2016-2018	Presidente	Pedro Romano Martinez	Deliberação Social Unânime por Escrito	25-jan-16	1.282	4
2016-2018	Vogal Executivo	Ana Alexandra Filipe Freitas	Deliberação Social Unânime por Escrito	25-jan-16	961	4
2016-2018	Vogal Executivo	Paulo Jorge Rodrigues Mateus	Deliberação Social Unânime por Escrito	25-jan-16	961	2
2016-2018	Vogal Suplente	Dino Jorge Ramos Santos	Deliberação Social Unânime por Escrito	25-jan-16	0	4

#### Mandato 2012-2014

Nome	Remuneração Anual (€)			
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
Pedro Romano Martinez	1.132	143	55	1.044
Ana Alexandra Filipe Freitas	849	107	41	783
Paulo Jorge Rodrigues Mateus	849	107	41	783
				2.610

#### Mandato 2016-2018

Nome	Remuneração Anual (€)			
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
Pedro Romano Martinez	16.815	2.119	810	15.506
Ana Alexandra Filipe Freitas	12.611	1.589	608	11.630
Paulo Jorge Rodrigues Mateus	12.611	1.589	608	11.630
				38.766

### Remunerações 2015

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação	Forma	Data	Estatuto Remuneratório Fixado (mensal) (€)
2012-2014	Presidente	Pedro Romano Martinez	Deliberação Social Unânime	por Escrito	06-jun-14	1.282
2012-2014	Vogal Executivo	Ana Alexandra Filipe Freitas	Deliberação Social Unânime	por Escrito	06-jun-14	961
2012-2014	Vogal Executivo	Paulo Jorge Rodrigues Mateus	Deliberação Social Unânime	por Escrito	06-jun-14	961

Nome	Remuneração Anual 2015 (€)			
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
Pedro Romano Martinez [1]	17.947	2.824	341	15.464
Ana Alexandra Filipe Freitas [2]	13.460	2.155	256	11.561
Paulo Jorge Rodrigues Mateus [3]	13.460	2.261	256	11.455

As reduções remuneratórias dos membros do Conselho Fiscal de 2015, incluem a regularização relativa ao ano de 2014 de acordo com o Despacho nº 1212/15-SET de 4.08.2015:

- [1] A redução remuneratória referente a 2014 é de 222€.  
 [2] A redução remuneratória referente a 2014 é de 203€.  
 [3] A redução remuneratória referente a 2014 é de 309€.

### 4. Revisor Oficial de Contas

#### Remunerações 2017

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			Nº de anos de funções exercidos na sociedade
		Nome	Nº de Inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Forma (1)	Data	Data do Contrato	
2016-2018	Revisor Oficial de Contas	Sociedade Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A.	235	20161528	AG	30-mai-16	13-dez-16	2

(1) Eleito para o mandato por Assembleia Geral (ata nº 63)

Nome	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2017 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2017 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A.	17.306	1.706	15.600	-	0	0	0

O valor da remuneração bruta não coincide com o estipulado na DUE de 30 de novembro de 2016, de acordo com o nº 21 da RCM nº 16/2012.

Aufieri, adicionalmente, pelo trabalho de revisão das contas consolidadas, o valor de 4.650 euros, aprovado em ata do CA nº 46/2017. Este valor constava no Plano de Atividades e Orçamento de 2017 (IPG's2017), versão de 7 de agosto de 2017), aprovado através da Deliberação Social Unânime por Escrito de 29 de dezembro de 2017, de acordo com a vontade expressa pelo Estado.

## Remunerações 2016

Mandato (Início - Fim) (1)(2)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			Nº de anos de funções exercidos na sociedade
		Nome	Nº de Inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Forma (3)	Data	Remuneração Contratada Mensal (€)	
nov-dez 2008	Revisor Oficial de Contas	António Magalhães & Carlos Santos, S.R.O.C.	53	20161396	DUE	25-nov-08	1.300	1
2009-2011	Revisor Oficial de Contas	António Magalhães & Carlos Santos, S.R.O.C.	53	20161396	DUE	09-set-09	1.300	8

(1) Eleito para completar o Mandato 2006-2008

(2) Eleito para o Mandato 2009 -2011, mantendo-se em funções até maio de 2016

(3) DUE - Deliberação Social Unânime por Escrito

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			Nº de anos de funções exercidos na sociedade
		Nome	Nº de Inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Forma (1)	Data	Remuneração Contratada Mensal (€)	
2016-2018	Revisor Oficial de Contas	Sociedade Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A.	235	20161528	AG	30-mai-16	1.442	1

(1) Eleito para o mandato por Assembleia Geral

### Mandato 2012-2014

Nome	Remuneração Anual 2016 (€)			
	Bruta (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4)=(1)-(2)+(3)
António Magalhães & Carlos Santos, S.R.O.C.	6.500	520	182	6.162

Auferiu adicionalmente pelo trabalho de revisão das contas consolidadas, o valor de 4.468 euros, que já inclui as reduções remuneratórias impostas pela legislação aplicável.

### Mandato 2016-2018

Nome	Remuneração Anual 2016 (€)			
	Bruta (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4)=(1)-(2)+(3)
Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A.	9.100	728	598	8.970

O valor da remuneração bruta não coincide com o estipulado na DUE de 30 de Novembro de 2016, pois por Despacho nº 1212/15-SET, de 4 de agosto de 2015, as remunerações não podem exceder os montantes atribuídos à data de 1 de março de 2012, de acordo com o nº 21 da RCM nº 16/2012, o nº 3 da RCM nº 36/2012 e o nº1 do artº 101 do DL 18/2016.

## Remunerações 2015

Mandato (Início - Fim) (1)(2)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			Nº de Mandatos exercidos na sociedade
		Nome	Nº de Inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Forma (3)	Data	Remuneração Contratada Mensal (€)	
nov-dez 2008	Revisor Oficial de Contas	António Magalhães & Carlos Santos, S.R.O.C.	53	20161396	DUE	25-nov-08	1.300	1
2009-2011	Revisor Oficial de Contas	António Magalhães & Carlos Santos, S.R.O.C.	53	20161396	DUE	09-set-09	1.300	1

(1) Eleito para completar o Mandato 2006-2008

(2) Eleito para o Mandato 2009 -2011, mantendo-se ainda em funções em 2015

(3) DUE - Deliberação Social Unânime por Escrito

Nome	Remuneração Anual 2015 (€)			
	Bruta (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4)=(1)-(2)+(3)
António Magalhães & Carlos Santos, S.R.O.C.	15.600	1.560	312	14.352

Auferiu adicionalmente pelo trabalho de revisão das contas consolidadas, o valor de 4.282 euros, que já inclui as reduções remuneratórias impostas pela legislação aplicável.

## Funções e Responsabilidades

### 1. Assembleia Geral

Competências da Assembleia-Geral da sociedade definidas no Artigo 8º dos seus Estatutos:

“1 - A Assembleia-Geral delibera sobre todos os assuntos para os quais a lei ou os presentes Estatutos lhe atribuem competência.

2 - Compete, em especial, à Assembleia-Geral:

- a) Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício, bem como sobre a proposta de aplicação de resultados e proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;
- b) Eleger e exonerar os membros da mesa da Assembleia-Geral, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- c) Deliberar sobre quaisquer alterações dos estatutos e aumentos de capital;
- d) Deliberar sobre as remunerações dos membros dos órgãos sociais, podendo para o efeito designar uma comissão de fixação de remunerações;
- e) Deliberar sobre os projetos de expansão das linhas exploradas pela empresa;
- f) Autorizar a aquisição e a alienação de bens imóveis, bem como a realização de investimentos, quando, em cada caso, o valor exceda o correspondente a 10% do capital social da Sociedade;
- g) Autorizar a aquisição e a alienação de participações sociais, neste último caso apenas quando o valor exceda o correspondente a 10% do capital social da STCP, S.A.;
- h) Deliberar sobre a emissão de obrigações.”

### 2. Conselho de Administração

Competências do Conselho de Administração nos termos definidos no Artigo 11º dos Estatutos da Sociedade:

“1 - Compete ao Conselho de Administração:

- a) Gerir os negócios sociais e praticar todos os atos relativos ao objeto social que não caibam na competência atribuída a outros órgãos da Sociedade;
- b) Elaborar o relatório anual;
- c) Adquirir, alienar ou onerar direitos ou bens móveis e imóveis e participações sociais sem prejuízo do disposto nas alíneas f) e g) do número 2 do artigo 8º;
- d) Representar a Sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, podendo desistir, transigir e confessar em quaisquer pleitos e, bem assim, celebrar convenções de arbitragem;
- e) Estabelecer a organização técnico-administrativa da Sociedade e as normas do seu funcionamento interno;
- f) Constituir mandatários com os poderes considerados convenientes;
- g) Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas pela lei ou pela assembleia-geral.

2 - O Conselho de Administração pode, dentro dos limites legais, delegar algumas das suas competências num ou mais dos seus membros.”

#### **Quanto às atribuições específicas de cada membro:**

##### **Presidente Executivo – Dr. Paulo de Azevedo Pereira da Silva**

Exerce funções executivas, sendo responsável pela coordenação direta do Departamento de Marketing, Museu do Carro Elétrico e Departamento de Assessoria Jurídica.

Vogal não executivo do Conselho de Administração no TIP- Transportes Intermodais do Porto, ACE.

##### **Vogal Executivo - Eng.º Ângelo Augusto Santos Oliveira**

Exerce funções executivas, sendo responsável pela coordenação direta do Departamento de Operações, Unidade de Manutenção da Frota, Unidade do Carro Elétrico e Gabinete de Informática e Comunicações.

Representante do Conselho de Administração para o Sistema Integrado de Gestão e Qualidade.

##### **Vogal Executivo – Dra. Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça**

Exerce funções executivas, sendo responsável pela coordenação direta do Departamento Administrativo e Financeiro, Departamento de Recursos Humanos e Gabinete de Controlo de Gestão e Auditoria.

Nomeada pelo Conselho de Administração como Representante para as relações com o Mercado e com a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

Gerente da STCP Serviços – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda..

##### **Vogal Não Executivo – Eng.ª Paula Cristina David Vaz Ribeiro Ramos**

Acompanha e avalia continuamente a gestão da empresa por parte dos demais gestores, com vista a assegurar a prossecução dos objetivos estratégicos da empresa, a eficiência das suas atividades e a conciliação dos interesses dos acionistas com o interesse geral.

##### **Vogal Não Executivo – Prof. Doutor Avelino José Pinto de Oliveira**

Acompanha e avalia continuamente a gestão da empresa por parte dos demais gestores, com vista a assegurar a prossecução dos objetivos estratégicos da empresa, a eficiência das suas atividades e a conciliação dos interesses dos acionistas com o interesse geral.

### **3. Conselho Fiscal**

Nos termos do Artigo 14º dos Estatutos da Sociedade:

1 – A fiscalização da sociedade compete a um Conselho Fiscal, composto por um presidente, dois vogais efetivos e um suplente, e a um revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas, que não seja membro daquele órgão.

2 – O Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas ou a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas têm os poderes e deveres atribuídos pelo Código das Sociedades Comerciais.

## Currículos

### 1. Membros da Mesa da Assembleia-Geral

#### 1.1. Presidente- Eng<sup>o</sup> José António Ferreira de Barros

##### **Habilitações Académicas:**

Licenciatura em Engenharia Química pela Faculdade de Engenharia da Universidade Porto.

##### **Atividade Profissional:**

É atualmente Vice-Presidente da CIP - Confederação Empresarial de Portugal.

É Presidente da Assembleia Geral da AEP – Associação Empresarial de Portugal, Câmara de Comércio e Indústria para o Norte de Portugal, desde maio de 2014.

Foi Presidente da AEP – Associação Empresarial de Portugal, Câmara de Comércio e Indústria para o Norte de Portugal, desde 2008 até 2014.

É Presidente da Direção do Coliseu do Porto, desde 1996, e membro do Conselho de Gerência da empresa SPAL – Sociedade Portuguesa do Ar Líquido, filial portuguesa do Grupo L’AIR LIQUIDE, desde 1989.

Foi um dos promotores do sistema português de Garantia Mútua e seu Presidente desde a sua fundação. Presidiu, desde 1994 e até junho de 2008, à SPGM – Sociedade de Investimento, S.A. a *holding* do sistema português de Garantia Mútua.

Foi um dos fundadores, e membro do primeiro Conselho de Administração da Fundação de Serralves, Museu de Arte Contemporânea do Porto. Foi também Administrador da Fundação Eça de Queiroz.

Anteriormente, e de entre a sua experiência profissional em empresas de vários sectores, destacam-se os seguintes projetos em que esteve particularmente envolvido: fundador, CEO e Presidente da CINCA – Companhia Industrial de Cerâmica, S.A. – empresa portuguesa líder do sector da cerâmica (1964 – 1993). Foi igualmente fundador e Presidente da APICER – Associação Portuguesa de Cerâmica (anteriormente APC) (1975 - 1993).

Co-fundador e membro do Conselho Geral da SPI e do BPI – Banco Português de Investimento, S.A. (1981-1990); co-fundador e membro do Conselho Geral do BCI – Banco de Comércio e Indústria, S.A. (1985 – 1990); co-fundador, Presidente e CEO da Interrisco – Sociedade de Capital de Risco, S.A., uma *joint-venture* entre a 3i – plc of London e o BPI – Banco Português de Investimento, S.A. (1988 – 1994). Presidente da Norpedip – Sociedade de Capital de Risco (1995 – 1996).

#### 1.2. Vice-Presidente – Dra. Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Morais

**Data de Nascimento:** 25 de março de 1960.

##### **Habilitações Académicas:**

Licenciatura em Administração e Gestão de Empresas, pela Universidade Católica Portuguesa, em 1983.

##### **Atividade Profissional:**

Desde junho de 2007 – Chefe de Divisão de Recursos Humanos e Financeiros da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF).

Abril de 2000 a junho de 2007 - Diretora do Gabinete de Prossecutiva e Coordenação da Direcção-Geral do Tesouro (DGT).

Abril de 1993 a abril 2000 – Chefe de Divisão da área de Coordenação Orçamental e Bonificações (DGT).

1987 a 1993 – Técnica Superior do Tesouro tendo exercido funções nas seguintes Direções da DGT: Operações Cambiais; Planeamento, Organização e Coordenação; e Gabinete de Estudos.

**Outras funções e atividades profissionais:**

Desde 2007 - Presidente da Mesa da Assembleia Geral da EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA.

2004 a 2007 - Presidente da Comissão de Fiscalização do Instituto de Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário.

Desde 2004 – Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA.

2002 a 2005 - Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Hospital de São Bernardo, SA.

1999 a 2004 - Vogal do Conselho Fiscal da Hidroelétrica de Cahora Bassa, SA.

1998 – Representante da Direcção-Geral do Tesouro na Comissão de Estudo do Regime Jurídico Relativo aos Auxílios Públicos.

2002 a 2004 - Representante da Direcção-Geral do Tesouro no grupo de trabalho que apresentou um projeto de diploma sobre crédito bonificado para Pessoas com Deficiência.

1998 a 2000 - Representante da Direcção-Geral do Tesouro no grupo de trabalho que elaborou os projetos de diplomas que regulam o regime da concessão de crédito à aquisição, construção e realização de obras em habitação – Decreto-Lei n.º 349/98, de 11 de novembro, e posteriores alterações.

### **1.3. Secretário – Dr. Carlos Maria Rocha Pinheiro Torres**

**Data de Nascimento:** 15 de novembro de 1945.

**Habilitações Académicas:**

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito de Coimbra e Mestrado em Ciências Jurídico - Empresariais pela mesma Faculdade.

**Atividade Profissional:** Advogado; Docente da FEP.

## **2. Membros do Conselho de Administração**

### **2.1 Presidente Executivo – Dr. Paulo de Azevedo Pereira da Silva**

**Data de Nascimento:** 10 de abril de 1961

**Habilitações Académicas:**

Executive Program - Insead

Programa de Alta Direção de Empresas – AESE

Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia do Porto

**Atividade Profissional:**

Desde 15 de janeiro de 2018

Presidente do Conselho de Administração da STCP, S.A.

2016

Partner Vallis Consolidation Strategies I Private Equity

2014

Presidente da Comissão Instaladora da IFD – Instituição Financeira de Desenvolvimento

2008-2012

Diretor Geral do Millenium BCP, Banco Comercial Português

Membro da Alta Direção do Banco Comercial Português desde 1998

2005-2008

Membro do Conselho de Administração da Norgarante – Sociedade de Garantia Mútua, S.A.

Membro do Conselho de Administração Executivo do Banco Millenium BCP Investimentos, S.A.

CEO / Presidente do Conselho de Administração do BCP Capital de Risco, S.A.

2001-2005

Membro do Conselho de Administração da Leasefator SGPS, empresa Holding do Grupo BCP para as áreas de negócio de Leasing e Factoring

CEO / Presidente do Conselho de Administração da BCP Leasing, S.A.

CEO / Presidente do Conselho de Administração da BCP Factoring, S.A.

Administrador do Credibanco Banco Crédito Pessoal, S.A.

1998-2000

Diretor Regional Coordenador da Rede de Retalho e PME's do BPA – Banco Português do Atlântico, S.A.

1990-1998

Administrador Executivo do Banco Comercial Português de Investimento, S.A.

1987-1989

Diretor da Divisão de Mercado de Capitais do BCP

**Outros Cargos Relevantes:**

Membro do Conselho de Administração da EDP – Eletricidade de Portugal, S.A.

Membro do Conselho de Administração da ONI, SGPS

Membro do Conselho de Administração da Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, S.A.

Membro do Conselho de Administração da InovaCapital – Sociedade de Capitais de Risco, S.A.

Membro do Conselho de Administração da Imperial – Produtos Alimentares, S.A.

## **2.2 Vogal Executivo – Eng.º Ângelo Augusto Santos Oliveira**

**Data de Nascimento:** 2 de outubro de 1973

**Habilitações Académicas:**

Mestre em Direito e Segurança pela Universidade Nova de Lisboa (FDUNL) - 2015

Pós-graduado (conducente a Mestrado) em Gestão Logística pela EGP, Universidade do Porto - 2003

Licenciado em Engenharia Eletrotécnica e de Computadores pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP) -1997

**Atividade Profissional:**

Desde janeiro de 2018

Vogal Executivo do Conselho de Administração da STCP, S.A.

Entre 2015 e 2016

Diretor-adjunto do Centro Distrital do Porto do Instituto de Segurança Social

Desde 1997

Exerceu funções ao nível de direção de compras, direção de operações, controlo de gestão e direção geral em quatro grupos económicos portugueses, tendo gerido a implementação de projetos e operações em diversos países

**Outros Atividades profissionais:**

Exerceu ainda as atividades de formador em diversas instituições, orador em eventos e autor de documentos na área da gestão, *corporate governance* e indústria

### **2.3 Vogal Executiva – Dra. Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça**

**Data de Nascimento:** 29 de outubro de 1979

**Habilitações Académicas:**

Mini-MBA em Gestão realizado em contexto empresarial, pelo Professor Jorge Vasconcellos e Sá - março de 2016 a junho de 2016

Pós-Graduação em Auditoria e Controlo de Gestão pela Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa (U.C.P. Porto) - outubro de 2004 a junho de 2005

Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto (F.E.P.) - setembro de 1997 a julho de 2002

**Atividade Profissional:**

Desde janeiro de 2018

Vogal Executiva do Conselho de Administração da STCP, S.A.

Janeiro de 2011 - dezembro 2017

Responsável pelo Controlo de Gestão do Grupo Base Holding

Setembro de 2008 - dezembro de 2010

Desempenho de funções na área do Controlo de Gestão na entidade Botelho Moniz Análises Clínicas

Setembro de 2002 - julho de 2008

Tax Sénior Consultant na empresa Ernst & Young

Março 2001 - julho 2001

Monitória da disciplina de Macroeconomia dos alunos provenientes dos Países Africanos de Língua oficial Portuguesa (PALOP) na Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

### **2.4 Vogal Não Executiva – Eng.<sup>a</sup> Paula Cristina David Vaz Ribeiro Ramos**

**Data de Nascimento:** 6 de julho de 1973

**Habilitações Académicas:**

Curso de Doutoramento em Planeamento do Território pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra - 2017

Mestrado em Planeamento e Projeto do Ambiente Urbano pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto - 2002

Licenciatura em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto - 1997

**Atividade Profissional:**

Desde janeiro de 2018

Vogal Não Executiva do Conselho de Administração da STCP, S.A.

Desde fevereiro 2015

Coordenadora da Unidade de Monitorização da Divisão de Planeamento e Reabilitação Urbana do Departamento de Urbanismo da Gaiurb, EM - Empresa Municipal de Urbanismo e Habitação de Vila Nova de Gaia

Janeiro de 2014 – janeiro 2015

Coordenadora da Unidade de Monitorização do Departamento de Planeamento Urbanístico da Gaiurb, EEM - Empresa Municipal de Urbanismo e Paisagem Urbana de Vila Nova de Gaia

Desde setembro de 2013

Investigadora do CITTA – Centro de Investigação do Território, Transportes e Ambiente, da FEUP, como aluna do programa doutoral em planeamento do território

Maio de 2011-dezembro de 2013

Responsável pela Unidade Orgânica de Planeamento, na Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto, em regime de cedência por interesse público

Outubro de 2010 – julho 2012

Colaboradora externa, responsável pelas “infraestruturas urbanísticas” no Processo de Revisão do PDM do Funchal, na empresa Quaternaire Portugal, Consultoria para o Desenvolvimento, SA  
Fevereiro de 2008 - abril de 2011

Coordenadora da Unidade de Monitorização do Departamento de Planeamento Urbanístico da Gaiurb, EEM

Julho de 2004 - janeiro de 2008

Funcionária do Departamento de Planeamento Urbanístico da Gaiurb, EEM

Outubro 2002 - julho de 2004

Funcionária do Departamento de Paisagem Urbana da Gaiurb, EEM

Fevereiro 2001 a outubro 2002

Bolseira de Investigação na Secção de Planeamento do Território e Ambiente, da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

Outubro de 1999 - fevereiro de 2001

Bolseira de Investigação (Bolsa de Técnica de Investigação, FCT) na Secção de Planeamento do Território e Ambiente da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

1998 – 1999

Estagiária em Engenharia Civil, na Environmental Resources Management, Portugal (ERM, Portugal)

1998

Colaboradora no Projeto “RE -URBE”, CCDD -N/FEUP/FAUP, na Secção de Planeamento do Território e Ambiente da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

1997 – 1999

Bolseira de Investigação (Bolsa de Iniciação à Investigação Científica — PRAXIS XXI), a tempo parcial na Secção de Planeamento do Território e Ambiente da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

### **Publicações:**

Publicação de artigos técnicos e científicos, em co-autoria, no âmbito do Planeamento, Transportes e Monitorização:

- “Metro do Porto: Das Ideias aos Projectos” (Ribeiro, Paula Vaz; 1997) publicado no site da Metro do Porto, SA – <http://www.metro-porto.pt> [novembro de 2000];
- “Estruturação Espacial, Transportes e Desenvolvimento Sustentável da Área Metropolitana do Porto” (Ramos, Paula Vaz Ribeiro; 2002) Dissertação de Mestrado, FEUP/FAUP
- “Metropolitan Dynamics, travel behaviour and the importance of new urban policies to achieve sustainable mobility: a local Perspective”, Breda, Vázquez & P. Ribeiro-Ramos, University of Oporto, Faculty of Engineering, Portugal, 2002
- “Housing location, mobility patterns and urban planning: a perspective from Metropolitan Area of Porto, Portugal”, Isabel Breda-Vázquez, Paula Ribeiro-Ramos, Department of Civil Engineering, University of Porto, Portugal, 2003

- “Avaliação da programação estratégica definida em PDM: o caso particular da programação das áreas de expansão urbana com recurso à função monitorização”, Manuela Juncal, Paula Ribeiro Ramos, Alberto Simões e Susana Madureira, Actas do Encontro ADURBEM 2010.

## **2.5 Vogal Não Executivo – Prof. Doutor Avelino José Pinto de Oliveira**

**Data de Nascimento:** 09 de dezembro de 1970

### **Habilitações Académicas:**

Doutoramento em Antropologia do Espaço pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Fernando Pessoa – dezembro de 2012

Diploma Europeu de Estudos Avançados (DEA) - Universidade Politécnica da Catalunha – abril de 2004

Licenciatura no Curso Superior da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (FAUP) – julho de 1995

### **Atividade Profissional:**

Desde janeiro 2018

Administrador Não Executivo da STCP, S.A..

Desde 2017

Exerce funções como Arquiteto Principal e Sócio na Empresa Oval - Arquitetura e Engenharia (funções exercidas também de 1993 a 2013)

Desde 2017

Exerce funções como Administrador e Sócio na Empresa OLV – Serviços Técnicos (funções exercidas também de 2010 a 2013)

Desde 2017

Professor Auxiliar no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa  
Desde 2017

Professor Assistente na Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Fernando Pessoa no curso de “Mestrado Integrado em Arquitetura e Urbanismo” (funções exercidas também de 2005 a 2013)

Desde 1996 até 1999

Exerceu funções de Técnico Superior do Gabinete de Projetos da Câmara Municipal de Vila do Conde

1995

Exerceu funções de Arquiteto Principal no gabinete Deslocal - Planeamento, Arquitetura e Engenharia

De 1993 a 1994

Exerceu funções como Arquiteto Estagiário na Câmara Municipal do Porto

### **Publicações:**

Livros:

- Oliveira, Avelino (2015). A Casa Compreensiva - um percurso sobre a conceção arquitetónica das tipologias de habitação, editora Caleidoscópio, 269p.

- AMP (2014), Estratégia 2020, ed. AMP, Porto

- Capítulo de Livro: A cidade (euro) governável: Políticas e Instrumentos de Governação Urbana no Portugal 2020, ed. CAPP, Lisboa

Artigos académicos:

- Oliveira, A. & Guedes, L. (2015). Investigação sobre as ferramentas de qualificação do solo no planeamento urbano e arquitectónico do (Grande) Porto. Revista A Obra Nasce n.9. Ed. UFP. (87-106)
- Oliveira, A. et all (2014), A Casa e as suas Casas in Dossiê Casas, vol. 1, ed. IFCH-Unicamp, Brasil, 233pg
- Oliveira, Avelino (2012), "Um edifício que vejo todos os dias", in "a obra nasce", Revista de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Fernando Pessoa, nº 7, Porto, Universidade Fernando Pessoa, p. 71-77
- OLIVEIRA, Avelino (2007), "A gentil maturidade na obra de um arquitecto português moderno: O Hospital de Guimarães de Celestino de Castro" in "a obra Nasce", Revista de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Fernando Pessoa, n.º5, Porto, Universidade Fernando Pessoa, p. 44 - 53
- OLIVEIRA, Avelino, FERREIRA, João C. (2007) "Cidade simbólica e cidade do quotidiano", Revista Portuguesa de Marketing nº 19, março 2007
- MAIA, R., FARIA, L.P., SUCENA, S. e OLIVEIRA, A (2004), "PORTO-GAIA CIDADE", in "a obra nasce", Revista de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Fernando Pessoa, n. º5, Porto, Universidade Fernando Pessoa Revista
- OLIVEIRA, Avelino (2003), "Uma casa como eu! Aparentamentos dispersos e fragmentos didáticos sobre aquela a que chamaram a mais bonita casa do mundo", in "a obra nasce", Revista de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Fernando Pessoa, n.º1, Abril 2004
- OLIVEIRA, Avelino (2003), "O Pensamento e Imaginário Lusitano nas obras dos Arquitectos Portugueses do século XX" in "a obra Nasce", Revista de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Fernando Pessoa, n. º0, Porto, Universidade Fernando Pessoa, p.40 – 56.

### 3. Conselho Fiscal

#### 3.1. Presidente – Professor Doutor Pedro Romano Martinez

##### **Habilitações Académicas:**

Professor Catedrático da Faculdade de Direito de Lisboa.

Curso de Direito: Universidade Católica, em Lisboa, 1982.

Mestrado: Universidade Católica, «O Subcontrato», 1989.

Doutoramento: Universidade Católica, «Cumprimento Defeituoso em especial na Compra e Venda e na Empreitada», 1994.

Agregação: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2005, «Da Cessação do Contrato».

##### **Docência:**

(1982/94) Assistente Introdução ao Estudo do Direito, Teoria Geral do Direito Civil e Direito das Obrigações.

(1994/98) Professor Auxiliar com regência de Direitos Reais, de Direito do Trabalho e de Contratos em Especial.

(1998/2006) Professor Associado com regência de Introdução ao Estudo do Direito, de Direito das Obrigações, de Direitos Reais, de Direito do Trabalho de Contratos Civis, de Contratos Comerciais e de Direito dos Seguros.

(2006/2016) Professor Catedrático com regência de Introdução ao Estudo do Direito, de Direito das Obrigações, de Direito dos Contratos e de Direito dos Seguros na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

(2008/2014) Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

(2015/ -) Diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

#### **Participação em trabalhos legislativos:**

a) A solicitação do Ministério da Segurança Social e do Trabalho, participou na alteração à legislação do trabalho, coordenando os trabalhos de revisão da legislação laboral, que deram origem ao Código do Trabalho, entre maio de 2002 e julho de 2003;

b) A solicitação do Ministério das Finanças e da Administração Pública participou nos trabalhos de revisão do regime do contrato de seguro, coordenando a comissão que elaborou o projeto de regime jurídico do contrato de seguro, aprovado em Conselho de Ministros no dia 24 de janeiro e promulgado no dia 7 de abril de 2008, Decreto-Lei n.º 72/2008, de 16 de abril, que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2009.

#### **Trabalhos publicados (algumas monografias):**

Direito Civil, Direito Comercial e Direito do Trabalho

1. O Subcontrato, Almedina, Coimbra, 1989 (211 págs.);
2. Cumprimento Defeituoso em especial na Compra e Venda e na Empreitada, Lisboa, 1992 (= Almedina, Coimbra, 1994 (643 págs.), reimpressão, Almedina, Coimbra, 2001 (602 págs.);
3. Contrato de Empreitada, Almedina, Coimbra, 1994 (251 págs.);
4. Garantias de Cumprimento (em coautoria), 1.ª edição, Almedina, Coimbra, 1994 (121 págs.);
  - Garantias de Cumprimento (em coautoria), 2.ª edição, Almedina, Coimbra, 1997 (183 págs.);
  - Garantias de Cumprimento (em coautoria), 3.ª edição, Almedina, Coimbra, 2002 (250 págs.);
  - Garantias de Cumprimento (em coautoria), 4.ª edição, Almedina, Coimbra, 2003 (283 págs.);
  - Garantias de Cumprimento (em coautoria), 5.ª edição, Almedina, Coimbra, 2006 (306 págs.);
5. Empreitada de Obras Públicas. Comentário ao Decreto-Lei n.º 405/93, de 10 de dezembro (em coautoria), Almedina, Coimbra, 1995 (373 págs.);
6. Contratos em Especial, 1.ª edição, Universidade Católica Editora, Lisboa, 1995 (164 págs.);
  - Contratos em Especial, 2.ª edição, Universidade Católica Editora, Lisboa, 1996 (359 págs.);
7. Direito das Obrigações (Parte Especial). Contratos. Compra e Venda. Locação. Empreitada, 1.ª edição, Almedina, Coimbra, 2000 (478 págs.);
  - Direito das Obrigações (Parte Especial). Contratos. Compra e Venda. Locação. Empreitada, 2.ª edição, Almedina, Coimbra, 2001, 1.ª reimpressão, Almedina, Coimbra, 2003, 2.ª reimpressão, Almedina, Coimbra, 2005, 3.ª reimpressão, Almedina, Coimbra, 2008 (523 págs.);
8. Contratos Comerciais. Apontamentos, Principia, Cascais, 2001, reimpressão, Principia, Cascais, 2003 (127 págs.);
9. Direito do Trabalho, Almedina, Coimbra, 2002 (1175 págs.);
  - Direito do Trabalho, reimpressão, Almedina, Coimbra, 2004 (1175 págs.);
  - Direito do Trabalho, 2.ª edição, Almedina, Coimbra, 2005 (1267 págs.);
  - Direito do Trabalho, 3.ª edição, Almedina, Coimbra, 2006 (1290 págs.);
  - Direito do Trabalho, 4.ª edição, Almedina, Coimbra, 2007 (1330 págs.);
  - Direito do Trabalho, 5.ª edição, Almedina, Coimbra, 2010 (1424 págs.);
  - Direito do Trabalho, 6.ª edição, Almedina, Coimbra, 2013 (1239 págs.);
  - Direito do Trabalho, 7.ª edição, Almedina, Coimbra, 2015 (1330 págs.);

10. Direito das Obrigações. Apontamentos, 1.<sup>a</sup> edição, AAFDL, Lisboa, 2003 (285 págs.);
  - Direito das Obrigações. Apontamentos, 2.<sup>a</sup> edição, AAFDL, Lisboa, 2004 (327 págs.);
  - Direito das Obrigações. Apontamentos, 3.<sup>a</sup> edição, AAFDL, Lisboa, 2011 (400 págs.);
  - Direito das Obrigações. Apontamentos, 4.<sup>a</sup> edição, AAFDL, Lisboa, 2014 (407 págs.);
11. Código do Trabalho Anotado (em co-autoria), 1.<sup>a</sup> edição, Almedina, Coimbra, 2003 (932 págs.);
  - Código do Trabalho Anotado (em co-autoria), 2.<sup>a</sup> edição, Almedina, Coimbra, 2004, reimpressão, Almedina, Coimbra, 2004 (938 págs.);
  - Código do Trabalho Anotado (em co-autoria), 3.<sup>a</sup> edição, Almedina, Coimbra, 2004 (1206 págs.);
  - Código do Trabalho Anotado (em co-autoria), 4.<sup>a</sup> edição, Almedina, Coimbra, 2005, reimpressão, Almedina, Coimbra, 2006 (1226 págs.);
  - Código do Trabalho Anotado (em co-autoria), 5.<sup>a</sup> edição, Almedina, Coimbra, 2007 (1282 págs.);
  - Código do Trabalho Anotado (em co-autoria), 6.<sup>a</sup> edição, Almedina, Coimbra, 2008 (1336 págs.);
  - Código do Trabalho Anotado (em co-autoria), 7.<sup>a</sup> edição, Almedina, Coimbra, 2009 (1160 págs.);
  - Código do Trabalho Anotado (em co-autoria), 8.<sup>a</sup> edição, Almedina, Coimbra, 2009 (1336 págs.);
  - Código do Trabalho Anotado (em co-autoria), 9.<sup>a</sup> edição, Almedina, Coimbra, 2012 (1220 págs.);
  - Código do Trabalho Anotado (em co-autoria), 10.<sup>a</sup> edição, Almedina, Coimbra, 2016 (no prelo);
12. Da Cessação do Contrato, Almedina, Coimbra, 2005 (687 págs.);
  - Da Cessação do Contrato, 2.<sup>a</sup> edição, Almedina, Coimbra, 2006 (690 págs.);
  - Da Cessação do Contrato, 3.<sup>a</sup> edição, Almedina, Coimbra, 2015 (690 págs.);
13. Direito dos Seguros. Apontamentos, Principia, Cascais, 2006 (646 págs.);
14. Lei do Contrato de Seguro Anotada (em co-autoria), Almedina, Coimbra, 2009 (532 págs.);
  - Lei do Contrato de Seguro Anotada (em co-autoria), 2.<sup>a</sup> edição, Almedina, Coimbra, 2011 (625 págs.);
  - Lei do Contrato de Seguro Anotada (em co-autoria), 3.<sup>a</sup> edição, Almedina, Coimbra, 2016 (no prelo).

### 3.2. Vogal Efetivo – Dra. Ana Alexandra Filipe Freitas

**Data de Nascimento:** 30 de junho de 1970.

**Habilitações Académicas:**

Curso de formação qualificante em Mercados Financeiros, do Instituto de Formação Bancária.  
Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa.

**Atividade Profissional:**

Chefe da Divisão de Garantias e Empréstimos da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, Ministério das Finanças, desde 1 de agosto de 2014;

Membro do Conselho Consultivo do FINOVA — Fundo de Apoio ao Financiamento e à Inovação, em representação da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, desde novembro de 2011;

Vogal do Conselho Fiscal da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. desde abril de 2008;

Secretária da Mesa da Assembleia-Geral do Hospital de Egas Moniz, S.A., de dezembro de 2002 até maio de 2005;

Técnica Superior na Divisão de Garantias e Empréstimos da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, Ministério das Finanças, quadro que integra desde junho de 1994.

### **3.3. Vogal Efetivo – Dr. Paulo Jorge Rodrigues Mateus**

**Data de Nascimento:** 30 de agosto de 1971

#### **Habilitações Académicas**

Licenciatura em Contabilidade e Administração – Ramo: Administração Pública pelo Instituto de Contabilidade e Administração de Lisboa, 2004.

Bacharelato em Contabilidade e Administração pelo Instituto de Contabilidade e Administração de Lisboa, 2001.

#### **Atividade Profissional:**

Técnico Superior da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, a exercer funções na Direcção de Serviços de Participações do Estado - Divisão de Análise e Acompanhamento, consubstanciadas no acompanhamento de entidades e empresas em que o Estado intervém como tutela financeira, acionista e na efetivação das operações associadas a essa intervenção, desde março de 2013. Vogal do Conselho Fiscal da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A., desde junho de 2014.

Técnico Superior da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, a exercer funções na Direcção de Serviços de Gestão de Recursos - Divisão de Gestão de Recursos Humanos e Financeiros, com responsabilidades na área da Gestão Orçamental, Contabilidade e Prestação de Contas, entre agosto de 2010 e fevereiro de 2013.

Técnico Superior da Direcção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, a exercer funções na Direcção de Serviços de Gestão de Recursos - Divisão de Gestão Financeira, entre março de 2005 e julho de 2010.

#### **Outras funções desempenhadas:**

Nomeado representante do Estado em diversas Assembleias Gerais de empresas do Setor Empresarial do Estado.

### **3.4 Vogal Suplente - Dr. Dino Jorge Ramos dos Santos**

**Data de Nascimento:** 20 de agosto de 1961

#### **Habilitações Académicas:**

Licenciado em Economia, pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, em 1986.

#### **Atividade Profissional:**

Desde outubro de 2013 – Chefe de Divisão de Liquidações e Regularizações da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF).

Novembro de 2000 a outubro 2013 – Chefe de Divisão de Recuperação de Créditos da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF).

Maio de 2000 a novembro 2000 - Chefe de Divisão da Cooperação Industrial da Direcção-Geral da Indústria (DGI).

Setembro 1997 a maio 2000 – Técnico Superior do Tesouro tendo exercido funções nas áreas da DGT de Cooperação Financeira Internacional e Recuperação de Créditos.

Dezembro 1993 a setembro 1997 – Técnico Superior na DGI tendo exercido funções nas áreas da Cooperação Industrial e da Competitividade Industrial.

Dezembro 1991 a dezembro 1993 – Coordenação da Equipa de Projecto “Activos Financeiros – conta CEROT”.

Novembro de 1986 a dezembro 1991 – Técnico Superior tendo exercido funções nas áreas da DGT de Recuperação de Créditos, Bonificações e Garantias do Estado.

**Outras funções e atividades desempenhadas:**

Desde abril de 2008 – Vogal do Conselho Fiscal da Administração do Porto de Sines, S.A..

Maio de 2000 a novembro 2000 – Representante do Ministério da Indústria e Energia no “Comité Art.4” da Comissão Europeia.

Julho 1989 a dezembro 1993 – Membro da Comissão de Fiscalização da empresa “Empreendimentos Urbanos e Turismo, SA”.

**Formação Profissional Especializada:**

Curso “FORGEP – Programa de Formação em Gestão Pública” (Instituto Nacional de Administração), terminado em março 2006.

Curso “Fiscalidade nas Empresas” (Instituto Superior de Gestão), terminado em dezembro 1999.

**4. Revisor Oficial de Contas**

Rosa Correia e Associados, SROC, S.A., representada pelo sócio:

**Gabriel Correia Alves**, Revisor Oficial de Contas (1991), inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) sob o n.º 784 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) sob o n.º 20160217.

**Data de Nascimento:** 15 de novembro de 1954

**Habilitações Académicas:**

Mestrado em Contabilidade e Finanças Empresariais, pela Universidade Aberta (1998)

Licenciatura em Auditoria Contabilística pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (1990)

Bacharelato em Contabilidade e Administração pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (1977)

**Atividade Profissional:**

Exerce a atividade de auditoria desde 1978 e é revisor oficial de contas desde 1991, sendo sócio da RCA – Rosa Correia & Associados, SROC. Nesta função, tem coordenado e assumido a responsabilidade pela auditoria a diversas entidades, de pequena e grande dimensão, quer do setor privado quer do setor público. É membro da Assembleia Representativa da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

**Docência**

É docente do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa desde 1983 (professor coordenador desde 1999) sendo responsável pelo Mestrado em Auditoria desde 2010.

Faz parte do Conselho Técnico-Científico e do Conselho de Representantes

**Publicações**

Co-autor dos seguintes livros:

Contabilidade Financeira, 9ª edição, Letras e Conceitos, Lda., Lisboa, 2014 (1232 páginas)

Casos Práticos de Auditoria Financeira (6ª Edição), Letras e Conceitos, Lda., Lisboa, 2011 (445 páginas)

Os referidos livros tiveram a primeira edição em 1996 e 1998, respetivamente)

